MONITORAMENTO DAS METAS DO PLS-JUD-TRF1 2015-2020

ANO 2020

META	DESCRIÇÃO	RESULTADO
1	Reduzir o consumo de papel em 1% a.a. até 2020	
2	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 1% a.a. até 2020	
3	Manter o consumo atual (2015) de água mineral até 2020	
4	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão (toner) em 2% a.a. até 2020	
5	Reduzir o consumo de energia elétrica em kWh em 0,5% a.a. até 2020	
6	Reduzir o consumo de água e esgoto em 8.000 m³ até 2020	
7	Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% a.a. até 2020, em relação aos resíduos gerados	
8	Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão (PNE) em 0,5% a.a. até	
9	Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel em 3% a.a. até 2020	
10	Manter os gastos atuais (2015) com vigilância até 2020, desconsideradas as repactuações	
11	Manter os gastos atuais (2015) com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações	
12	Reduzir o valor gasto com reformas em 10% a.a. até 2020	
13	Não aumentar a quantidade de KM rodados até 2020	
14	Não aumentar em mais de 5% os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 2020	
15	Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 até 2020	

A exposição em forma de farol obedece aos mesmos critérios utilizados para o acompanhamento das Metas Estratégicas do Tribunal

SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO								
MENOR QUE 70%	MENOR QUE 70% DE 70% A 84% DE 85% A 99% MAIOR IGUAL A 1009							

Encerrado o ciclo do Plano de Logística Sustentável - PLS 2015/2020, apresentam-se os resultados mais relevantes alcançados pela gestão socioambiental do Tribunal.

Primeiramente, cumpre se destacar que os resultados do PLS 2015-2020 refletem o amadurecimento da sustentabilidade no Tribunal e a mudança de paradigma na forma de trabalho, com a implantação do processo eletrônico ao longo deste período.

Verifica-se que a gradual virtualização dos processos, inicialmente do processo administrativo e posteriormente do processo judicial, impactou diretamente o consumo de papel e de suprimentos de impressão, com a mudança cultural na utilização da impressão. Somente no período de 2015 a 2019, o consumo de papel caiu 33% e o de suprimentos de impressão 30%. Tomado individualmente, por sua atipicidade, devido à Pandemia de Covid-19, o ano de 2020 alcançou uma redução 65% do consumo de papel em relação a 2019 de 35% do consumo de suprimentos de impressão. A tendência de redução no consumo destes itens será mantida, uma vez que o Tribunal encerrou o ano de 2020 com a quase totalidade do seu acervo de processos digitalizado, com perspectiva da modalidade de processo plenamente digital já em meados de 2021.

Quanto ao consumo dos outros recursos naturais e da gestão de resíduos, o Tribunal apresentou também resultados consideráveis, graças à adoção de medidas implementadas pela Divisão de Engenharia e Manutenção — Dieng, visando, especialmente, a racionalização do consumo de energia elétrica e de água e esgoto. No período de 2015 a 2019 (desconsiderado o ano de 2020, devido à sua atipicidade), o consumo de energia elétrica sofreu queda de 35% e de água e esgoto, de 47%.

Entre todos os indicadores acompanhados pela gestão socioambiental, destaca-se o indicador "gastos com telefonia", tendo sido este o item que sofreu a maior redução percentual, com uma queda de 90% no período de 2015 a 2019, em razão utilização da tecnologia Voz por IP (internet protocol) — VoIP e da nova contratação pelo Tribunal de serviço telefônico fixo comutado (STFC), com tarifas reduzidas. A tecnologia VoIP possibilita a transmissão de voz por protocolos de internet, transformando sinais de áudio analógicos da chamada telefônica em dados digitais transferidos pela Internet, resultando em uma redução acentuada nos custos de comunicação.

Em 2020, contudo, tendo em vista o aumento do tráfego de dados e do uso da telefonia celular no Tribunal em razão da adoção em massa do teletrabalho em 2020, o item "gastos com telefonia" sofreu um aumento de cerca de 50% em relação a 2019. Apesar desta reversão na tendência de redução, justificada pela conjuntura e pelo novo modelo de trabalho adotado, a telefonia apresentou o melhor resultado no computo geral dos indicadores socioambientais acompanhados pelo Tribunal no período 2015-2020, com uma queda total de 85% com o seu gasto em relação ao ano de 2015.

Quanto à geração e a gestão de resíduos, o ciclo PLS 2015-2020 também apresentou ótimos resultados. À citada redução do consumo do papel, em decorrência da implantação dos processos administrativo e judicial eletrônicos, somaram-se os esforços da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável — CGPLS e das unidades neste representadas, para implementação de ações voltadas à redução da geração de resíduos pelo Tribunal e destinação correta dos resíduos gerados. Destacam-se as ações de sensibilização para adoção de práticas de consumo consciente pelo corpo funcional e a implementação da coleta seletiva no Tribunal. Devido às ações de sensibilização, o consumo de copos descartáveis de plástico, por exemplo, caiu 47% entre 2015 e 2019. Em 2020, o trabalho não presencial provocou uma queda de mais 47% em relação ao ano de 2019. Em relação a 2015, o consumo de copos plásticos descartáveis teve uma redução de 72% no total. Visando reduzir ao mínimo o consumo dos copos plásticos, o Tribunal está implementando, ainda, o projeto de substituição dos copos plásticos por copos de vidro, cuja conclusão está prevista para meados de 2021.

Também em relação à gestão de resíduos, destaca-se a implantação do *Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS*, aprovado pela Portaria Presi 366/2017, a partir da qual o Tribunal passou a ajustar seus procedimentos que ainda não estavam de acordo com diretrizes deste plano. Como decorrência do *PGRS*, entre outras medidas adotadas, foram incorporados à gestão de resíduos do Tribunal, de forma permanente, os programas de *Coleta de Lixo Eletrônico* e de *Coleta Seletiva*, tendo sido disponibilizados coletores nas instalações de todo o Tribunal, para a correta destinação do seu resíduo sólido.

Assim, em relação à geração e à gestão dos seus resíduos, além de o Tribunal produzir hoje cerca de metade do resíduo produzido em 2015, todo o resíduo sólido coletado em suas instalações tem hoje encaminhamento socioambientalmente adequado.

Quanto às aquisições sustentáveis, o Tribunal passou a incluir, ao longo do período 2015-2020, critérios de sustentabilidade em suas contratações. Para regulamentar a inclusão destes critérios, foi publicada em 2020 a Portaria Presi 10721632, para adoção pelo Tribunal do *Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União*. Diante, contudo, da edição pelo Conselho da Justiça Federal – CJF de seu *Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos*, a referida portaria encontra-se em revisão para que o manual de compras sustentáveis do CJF seja preferencialmente adotado pelo Tribunal.

Quanto às ações de qualidade de vida, vale destacar que, antes mesmo do PLS, estas já estavam incorporadas às práticas da instituição, na gestão de saúde do corpo funcional e dos membros do Tribunal, por meio de vários programas implementados pela Secretaria de Bem-Estar Social e Saúde — Secbe. Também, às ações de qualidade de vida já realizadas pelo Tribunal antes da implantação do PLS, somaram-se as coordenadas pelo grupo executivo do PLS vinculado ao tema, resultando na elevação do número de ações realizadas bem como do número de participações nas ações de qualidade de vida e de solidariedade e inclusão.

Quanto às ações de capacitação, também estas já vinham sendo desenvolvidas regularmente pelo Tribunal anteriormente ao advento do PLS. A estas somaram-se as iniciativas coordenadas pelo grupo executivo do PLS voltado a este tema, resultando no aumento do número de ações e de participações do corpo funcional em capacitações voltadas à temática da sustentabilidade, consolidando-se no Tribunal a percepção e a atenção às questões socioambientais.

A sensibilização para o tema sustentabilidade, à parte das ações mencionadas, tem sido implacavelmente reforçada pela Assessoria de Comunicação Social — Ascom, a qual promove a divulgação de todas as campanhas e eventos coordenados pela CGPLS e por seus grupos executivos, bem como de todas as datas comemorativas relacionadas ao tema, as quais passaram a ser incorporadas no calendário de divulgação da Ascom.

Quanto à transparência dos dados, com a implementação do PLS 2015-2020, os dados socioambientais passaram a ser acompanhados pelo Tribunal, pelo Conselho da Justiça Federal — CJF e pelo Conselho Nacional de Justiça — CNJ. Os dados de toda a Primeira Região são lançados no Sistema PLS-Jud do CNJ, o qual alimenta o Painel Socioambiental do CJF e o próprio Painel Socioambiental do Tribunal. O Tribunal e as seccionais publicam, ainda, anualmente, os seus respectivos Relatórios de Desempenho do PLS. Visando ampliar a transparência de sua gestão socioambiental, para além dos sistemas geridos pelo Poder Judiciário, o Tribunal também renovou (pelos próximos 5 anos) sua adesão ao *Programa Agenda Ambiental na Administração Pública — A3P*, gerido pelo Ministério do Meio Ambiente — MMA. A Primeira Região realiza, ainda, desde de 2018, a avaliação aferida pelo *Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração — IASA*, instituído pelo Tribunal de Contas da União — TCU. Registrese que todos os dados e relatórios mencionados são disponibilizados no Portal da 1ª Região.

Encerrado o ciclo PLS 2015-2020, o plano encontra-se em fase final de revisão para o próximo ciclo do Planejamento Estratégico. No novo plano estão sendo incorporados aprimoramentos metodológicos

para melhor acompanhamento do plano, assim como ajustes nas metas, para sua adequação à nova conjuntura.

Além das melhorias que serão implementadas, a revisão do PLS detectou alguns pontos fracos, para os quais serão dados os devidos tratamentos, especialmente para os temas *Insumos e Materiais* (consumo de garrafas plásticas descartáveis) e *Deslocamentos Sustentáveis* (gastos com manutenção de veículos).

Verifica-se, contudo, que, em um cenário futuro de incerteza e após a forte melhoria nos indicadores socioambientais ao longo do período 2015-2020, o Tribunal pode estar próximo de seu limite na redução no consumo dos recursos naturais e materiais. Por esta razão, o novo PLS precisa equilibrar os novos desafios à capacidade de cumprimento das metas pelo Tribunal.

Destaque-se que o ano de 2020, que em razão da Pandemia do Covid-19, observou forte queda no consumo de recursos naturais, em decorrência da adoção do trabalho remoto como forma predominante de trabalho ao longo ano.

Concluindo, o Tribunal encerra o PLS 2015-2020, com uma média de cumprimento anual do seu PLS em 95%, tendo o último biênio cumprido, respectivamente, 96% e 99% do PLS.

Seguem, abaixo, a tabela dos principais resultados do PLS 2015-2020 e a série histórica de cumprimento das metas individuais e de cumprimento do PLS. A seguir, apresentam-se o resultado das metas do PLS em 2020 e o resultado do *Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração – IASA* 2020.

	PLS 2015/2020								
Item	Resultado 2015-2019 (ano referência 2015)	Tendência de queda 2015/2019	Resultado 2020 em relação a 2019	Resultado do PLS 2015-2020					
Papel	33% ↓	9,5 % a. a. ↓	65% ↓	77% ↓					
Copos descartáveis	47% ↓	14,5 % a. a. ↓	47% ↓	72% ↓					
Água envasada em embalagem plástica	2,5% ↓	Estável	20% ↓	22% ↓					
Suprimentos de Impressão	30% ↓	8,5 % a. a. ↓	35% ↓	55% ↓					
Energia elétrica	35% ↓	10 % a. a. ↓	19% ↓	48% ↓					
Água e Esgoto	47% ↓	14,5 % a. a. ↓	42% ↓	70% ↓					
Telefonia	90 ↓	Observou saltos de redução	50% 个 (aumento projetado)	85% ↓					

Índice de Cumprimento das Metas Individuais

Mede o percentual de execução de cada meta do Plano de Logística Sustentável

Fórmula: PEM = (MA/MP)X100 PEM - Percentual de Execução da Meta MA - Meta Alcançada MP - Meta para o período Obs.: Se resultado do índice for maior do que 100%, o resultado considerado é 100%

PLS 2015-2020

	1 33 33 33 33 33								
Objetivo Estratégico	Y Lema Subtema		Meta	2016	2017	2018	2019	2020	
Promover o uso		Subtema 1.1 – Papel	1	Reduzir o consumo de papel em 1% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
eficiente de insumos e	Tema 1 – Insumos e materiais	Subtema 1.2 –	2	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 1% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
materiais (papel, descartáveis e		Descartáveis e água mineral engarrafada	3	Manter o consumo atual (2015) de água mineral até 2020	77%	100%	100%	100%	100%
impressões		Subtema 1.3 – Impressões e	4	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão (toner) em 2% a.a. até 2020	91%	100%	100%	100%	100%

		equipamentos										
	Tema 2 – E	nergia elétrica	5	Reduzir o consumo de energia elétrica em kWh em 0,5% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%			
Gerir de forma	Tema 3 – A	Água e esgoto	6	Reduzir o consumo de água e esgoto em 8.000 m³ até 2020	100%	100%	100%	100%	100%			
eficiente energia, água e resíduos	Tema 4 – Ge	stão de resíduos	7	(2016-2018) Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% a.a. até 2020 (2019-2020) Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% a.a. até 2020, em relação aos resíduos gerados	100%	100%	69%	100%	100%			
Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho Tema 5 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho			8	Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão (PNE) em 0,5% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%			
	Tema 6 – Contratações sustentáveis Tema 7 – Deslocament os de pessoal, bens e materiais	Subtema 6.1 – 9 Telefonia		9	Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel em 3% a.a. até 2020	97%	100%	100%	100%	100%		
		Subtema 6.2 – Vigilância	10	Manter os gastos atuais (2015) com vigilância até 2020, desconsideradas as repactuações	100%	100%	100%	100%	100%			
		Contratações sustentáveis	Subtema 6.3 – Limpeza	11	Manter os gastos atuais (2015) com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações	100%	100%	100%	100%	100%		
Promover contratações e						Subtema 6.4 – Layout	12	Reduzir o valor gasto com reformas em 10% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%
deslocamentos sustentáveis		Subtema 7.1 – Combustível	13	(2016-2018) Reduzir a quantidade de Km rodados em 7,5% até 2020 (2019-2020) Não aumentar a quantidade de KM rodados até 2020	100%	88%	64%	95%	100%			
		Subtema 7.2 – Veículos	14	(2016-2018) Reduzir os gastos com manutenção preventiva e corretiva em 15% até 2020 Não aumentar em mais de 5% os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 2020	50%	40%	32%	47%	86%			

	Promover a sensibilização e a capacitação da força de trabalho em gestão socioambiental	Tema 8 – Sensibilização e capacitação contínua	15	Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
--	---	---	----	---	------	------	------	------	------

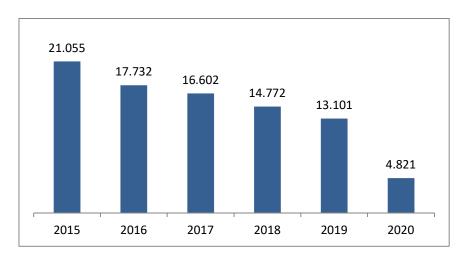
Índice de Cumprimento do PLS 2015/2020 (ano referência: 2015)							
Mede o desempenho percentual de alcance de todas as metas do Plano de Logística Sustentável							
Fórmula: DPM = $(\sum PEM_1 + PEM_2 + + PEM_n)/QTM$							
DPM - Desempenho Percentu	ial de Metas do PLS	PEM - Percentu	al de Execução da	Meta QTM - Quantida	ide Total de Metas pa	ra o período	
Indicador U.M. 2016 2017 2018 2019 2020							
Índice de cumprimento do PLS Percentual 94% 95% 91% 96% 99%							



META 1 – Reduzir o consumo de Papel em 1% a.a. até 2020

Meta cumprida

Consumo total de papel branco e reciclado (em resmas)



Em 2020 o Tribunal consumiu 4.821 resmas, uma redução de 65% em relação ao ano de 2019 e de 78% em relação a 2015.

Avalia-se que o maior impacto para atingimento da meta continua sendo a implantação do processo administrativo e do processo judicial eletrônicos, que continuarão afetando positivamente a meta ao longo dos próximos anos, à medida que se adota uma nova cultura de impressão no Tribunal.

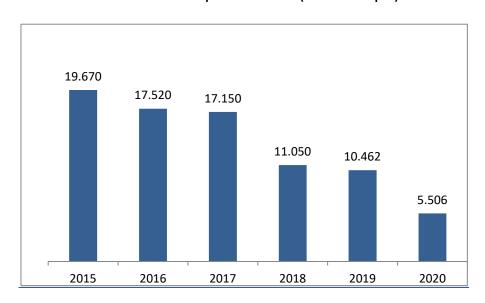
Destaque-se que somente no ano de 2020, em razão da Pandemia do Covid-19, observou-se uma forte queda no consumo de papel de 65% em relação a 2019, em decorrência da adoção do trabalho remoto como forma predominante de trabalho ao longo ano.



META 2 – Reduzir o consumo de copos descartáveis em 1% a.a. até 2020

Meta cumprida

Consumo Total de copos descartáveis (Centos de copos)



Em 2020, o Tribunal consumiu 5.506 centos de copos descartáveis (de 200 ml e de 50 ml), uma redução de 47% em relação ao ano de 2019, causada pelo trabalho não presencial em massa no ano. A redução total de copos descartáveis alcança de 72% em relação a 2015.

Em 2021, o Tribunal dará continuidade à implementação do projeto de substituição de copos plásticos descartáveis para água por copos de vidro visando reduzir ao mínimo possível o consumo de copos de plástico no Tribunal.



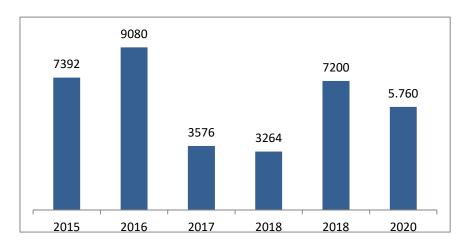
META 3 – Manter o consumo atual (2015) de água mineral até 2020

Meta cumprida

Consumo de garrafões de água de 20 litros



Consumo de água envasada em embalagens plásticas - 500ml (unidades)



Para o cálculo da Meta 3, de manutenção do consumo de água mineral até 2020, são considerados os indicadores de consumo de água mineral em garrafões de 20 litros e em embalagens de garrafas plásticas de 500 ml.

Quanto ao consumo de água de garrafões de 20 litros (Meta 3), em 2020 houve uma redução de 55% em relação a 2019, causada pela predominância do trabalho virtual em 2020.

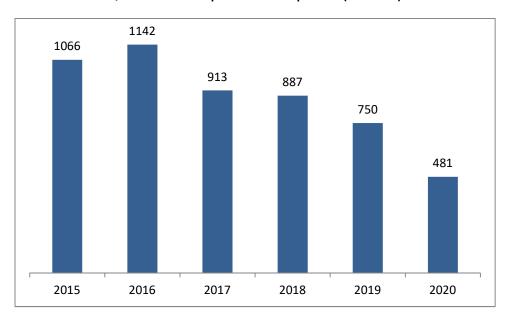
O consumo de água envasada em embalagens plásticas (500ml) em 2019 foi de 5.760 unidades, uma redução de 20% em relação a 2019 e de 22% em relação a 2015.



META 4 – Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 2% a.a. até 2020

Meta cumprida

Quantitativo de suprimento de impressão (unidades)



Para o cálculo da Meta 4 é considerado o consumo (em unidades) de suprimentos de impressão (cartuchos de *toner*, cartuchos de tinta, *ribbon* - fita de impressão).

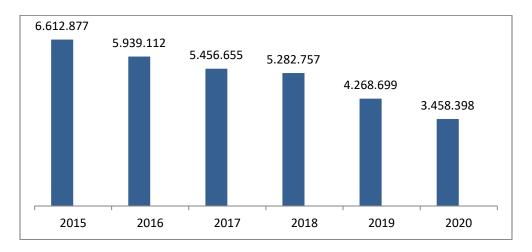
Em 2020, o Tribunal consumiu 481 cartuchos para impressão, uma redução de 36% em relação a 2019 (em razão da prevalência do teletrabalho) e de 55% em relação ao ano de 2015, seguindo a tendência de redução de impressões no Tribunal a partir da implantação dos sistemas processuais eletrônicos administrativo e judicial.



META 5 – Reduzir o consumo de energia elétrica em kWh em 0,5% a.a. até 2020

Meta cumprida

Consumo de energia elétrica em kWh



Em 2020, o Tribunal consumiu 3.458.398 kWh de energia elétrica, uma redução de 19% em relação a 2019, causada pela racionalização da energia em decorrência da prevalecia do trabalho não presencial. Em relação a 2015, o Tribunal reduziu seu consumo de energia elétrica em 48%.

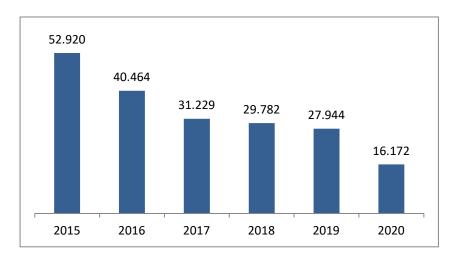
Para alcançar essa redução no período de 2015 a 2020, no consumo de energia foi adotado pelo Tribunal, um plano de ação com uma série de medidas, entre elas, implantação de iluminação de LED, redução da quantidade de lâmpadas, revisão de acionamento de lâmpadas, instalação de sensores de presença e redução do período de funcionamento do sistema de climatização (ar-condicionado) de uso coletivo.



META 6 – Reduzir o consumo de água e esgoto em 8.000 m³ até 2020

Meta cumprida

Consumo de água (m³)



Em 2020 o Tribunal consumiu 16.172 m³ de água, uma redução de 42% em relação ao ano de 2019, causada pela racionalização do uso de água em decorrência da prevalecia do trabalho não presencial. A redução total do consumo de água e esgoto foi de 70% em relação a 2015.



META 7 – Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% a.a. até 2020, em relação aos resíduos gerados

Meta cumprida.

Queda de 47% na geração de resíduos de papel

A pandemia de Covid-19 reduziu drasticamente a geração de resíduos produzidos pelo Tribunal em 2020, uma vez que foi predominante a modalidade de trabalho remoto ao longo do ano. A virtualização dos processos físicos (com a digitalização quase total do acervo de processos do Tribunal), além de ter possibilitado a adoção massificada do teletrabalho, contribuiu, no trabalho presencial, para a redução das impressões pelo Tribunal, refletindo positivamente na geração de resíduo de papel, que caiu 47% em relação a 2019.

Campanha de arrecadação de resíduos eletrônicos – 7 toneladas de material arrecadado

Apesar das dificuldades impostas pela Covid-19, o Tribunal promoveu campanha para arrecadação de resíduo eletrônico, realizada em novembro para celebrar o *Dia Mundial sem Consumo*.

A coleta do resíduo foi realizada por meio de *Drive Thru* no estacionamento do Edifício-Sede I do Tribunal. A divulgação do evento foi disponibilizada também para outros órgãos do Judiciário instalados nas adjacências do Tribunal (Superior Tribunal Militar – STM; Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – TRT10 e Seção Judiciária do Distrito Federal – SJDF), os quais puderam contribuir com resíduos entregues por servidores daqueles órgãos.

O resultado o evento foi um sucesso, tendo sido arrecadado mais de 7 toneladas de material (7.041 Kg). A maior parte do material foi entregue pelo próprio Tribunal, pela Divisão de Engenharia e Manutenção do Tribunal, que aproveitou a oportunidade para efetuar o descarte adequado dos resíduos eletroeletrônicos, lâmpadas (11.812 unidades equivalentes a 2.000 kg), reatores, baterias, cabos etc, que estavam sob a guarda daquela divisão.

O *Drive Thru de Lixo Eletrônico* faz parte do Reciclotech, programa desenvolvido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Distrito Federal – GDF, em parceria com a Organização Social Programando o Futuro, que alinha capacitação profissional de jovens, recondicionamento de resíduos eletrônicos, doação de equipamentos, educação ambiental e preservação do meio ambiente.

	Gestão de Resíduos								
Indicadores PLS Jud - CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
DPA – Destinação de papel	Kg	39.283	37.619	44.607	28.412	27.533	14.595		
DPL – Destinação de plásticos	Kg	3.172	2.371	476	331	0	37		
DVD – Destinação de vidros	Kg	0	0	0	0	0	18		
DSI – Destinação de suprimentos de impressão	Un	0	1.782	1.646	460	1.206	0		
DPB – Destinação de pilhas e baterias	Kg	0	0	0	48	55	0		
DRI - Destinação de resíduos de informática	Kg	0	368	168	306	338	4.944		
DLP - Destinação de lâmpadas	Un	0	19.500	0	7.900	0	11.812		
DOB - Destinação de resíduos de obras e reformas	Kg	190	65	55	0	0	70		
DRS - Destinação de resíduos de saúde	Kg	440	245	304	159	135	174		



META 8 – Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão em 0,5% a.a. até 2020

Meta cumprida.

O tema objetiva o monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias e da quantidade de ações de inclusão de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

Série histórica

	Qualidade de Vida								
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
PQV – Participações em ações de qualidade de vida	Participante	240	892	1.131	1.309	1.075	831		
AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	Ação	3	26	10	12	14	13		
PS – Participações em ações solidárias	Participante	106	57	105	168	158	0		
AS – Quantidade de ações solidárias	Ação	1	1	1	1	1	0		
Alnc – Ações de inclusão	Ação	0	0	0	0	1	1		

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

Em 2020, foram registradas 831 participações em ações de qualidade de vida. A não presença dos servidores no Tribunal, em decorrência da adoção do trabalho remoto, em razão da Pandemia de Covid-19, provocou uma queda nas participações em ações de qualidade de vida, mas ainda assim, o resultado superou a meta estipulada.

Ações permanentes de qualidade de vida

- Terça-Saudável Feira de produtos orgânicos com a participação média de 250 pessoas por dia de feira - todas as terças-feiras das 12 h às 15h30
- Iniciativa Vem de Bike
- Espaço Bem-Estar aulas semanais nas modalidades: pilates, yoga, jiu jitsu, kickboxing, ginástica funcional, zumba, krav maga, muay thai e dança do ventre, em atendimento a demanda de servidores, identificada por pesquisa realizada no âmbito da 1º Região em anos anteriores. No mesmo local são oferecidos, ao corpo funcional, serviços de massoterapia, onde são feitas massagens como drenagem linfática, massagem expressa, massagem relaxante, tuiná, shiatsu e ayurvédica. Quantitativo das atividades de Massoterapia.

Registre-se que as ações permanentes acima foram descontinuadas a partir de 2020, em razão da pandemia.

Divulgações institucionais relacionadas aos objetivos do Plano de Logística Sustentável

- Dia Mundial da Água 22 de março
- Dia Mundial da Conscientização do Autismo 2 de abril
- Dia do Planeta Terra 22 de abril
- Dia Internacional da Biodiversidade 22 de maio
- Dia Nacional de Combate ao Glaucoma 26 de maio
- Dia do Meio Ambiente 05 de junho
- Semana do Meio Ambiente Virtual 23 a 26 de junho
- Dia Mundial da Saúde Ocular 10 de julho

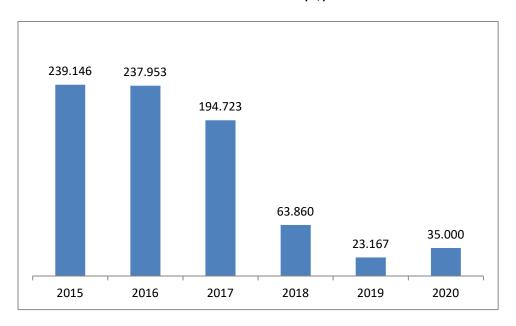
- Dia Nacional da Saúde 05 de agosto
- Dia do Combate a Poluição 14 de agosto
- Dia do ciclista 19 de agosto
- Setembro Amarelo Prevenção ao Suicídio 10 de setembro
- Setembro Roxo (Fibrose Cística 22 de setembro)
- Setembro Amarelo/Azul Palestra 30/09
- Outubro Rosa Conscientização sobre o câncer de mama + evento (04/11)
- Dia Nacional do Doador de Medula Óssea 4 de outubro
- Novembro Azul Conscientização sobre câncer de próstata
- Lixo Eletrônico (Drive Thru) 23 e 24 de novembro
- Dezembro vermelho (Combate à AIDS 2/12) 15 de dezembro



META 9 – Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel em 3% a.a. até 2020

Meta cumprida e superada.

Gasto com telefonia (R\$)



Em 2020, o Tribunal teve um gasto projetado de R\$ 35.000,00, em telefonia, somados os gastos com telefonia fixa e móvel, uma redução de 85% em relação ao ano de 2015 e um aumento de cerca de 50% em relação a 2019. O aumento do tráfego de dados e da maior utilização na telefonia celular ao longo do ano foi causado pela prevalência do teletrabalho, em razão da Pandemia de Covid-19. Registre-se que o gasto com telefonia de 2020 teve que ser projetado, uma vez que os dados do segundo semestre encontram-se pendentes de lançamento, em razão da não entrega das contas telefônicas do período pela fornecedora do serviço.

A forte redução dos gastos com telefonia em relação ao ano referência (2015) deveu-se à utilização do sistema VoIP e à contratação pelo Tribunal de serviço telefônico fixo comutado (STFC), com tarifas reduzidas.



META 10 - Manter os gastos atuais (2015) com vigilância até 2020, desconsideradas as repactuações

Meta cumprida.

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos horários, armada e desarmada) e uso de tecnologias de apoio (vigilância eletrônica) sem comprometimento dos padrões de segurança.

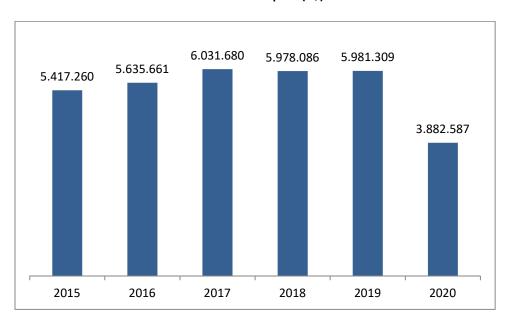
Em 2020, o valor executado com o serviço de vigilância foi de R\$ 5.883.628,38, tendo havido uma redução de 34% em relação a 2019 (R\$ 8.945.410,00), com uma redução de 120 para 77, no quadro de vigilantes, e de 80 para 39, no número de postos de vigilância, em razão da Pandemia de Covid-19.



META 11 - Manter os gastos atuais (2015) com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações

Meta cumprida.

Gastos com Limpeza (R\$)



Os valores relativos aos gastos com os serviços de limpeza de 2015 a 2020 foram revisados pelo Núcleo de Conservação Predial e Copeiragem — Nucol, o qual informou novos dados, excluídos todos os gastos de contratação não relacionados à limpeza e à jardinagem. Os dados corrigidos foram lançados no Sistema de PLS-Jud do Conselho Nacional de Justiça — CNJ.



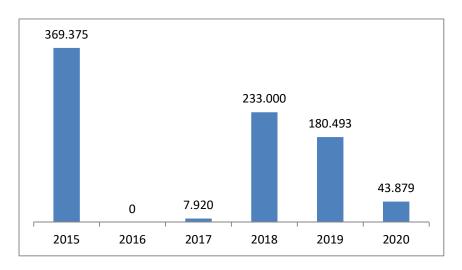
META 12 – Reduzir o valor gasto com reformas em 10% a.a. até 2020

Meta cumprida e superada.

Os valores relativos aos gastos com reformas foram revisados pela Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e Acessibilidade e Inclusão – Seamb para que se incluíssem os gastos com reformas em geral e não apenas os gastos com mudança de leiaute, como lançado desde 2016. Os dados corrigidos foram lançados no Sistema de PLS-Jud do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

A correção dos dados não alterou o cumprimento da meta em nenhum ano. A meta foi cumprida em todos os anos (2016 a 2020).

Gastos com reformas (R\$)



Detalhamento

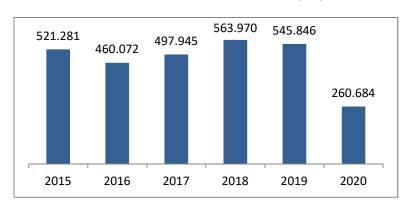
			UÇÃO DE REFORMAS - TRF -2015 a 2020					
4410			ZAÇÃO DE INSTALAÇÕES/ACESSIBILIDADE DESCRIÇÃO DO SERVICO					
ANO	AÇÃO	UNIDADE REFORMADA	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	TOTAL				
2015	JC	Edifício-Sede I e II, Edifício-Anexo I,	Instalação de forro em fibra mineral para manutenção das instalações	6.875,70				
		II e III e Edifício Dona Marta.	do anexo iii, aquisição de película para controle solar e fornecimento					
		Edition Code to the Edition Assess	e instalação de banco de capacitores automáticos.	27.000.00				
	MIJF-	Edifício-Sede I e II, Edifício-Anexo I, II e III e Edifício Dona Marta.	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de	37.999,99				
	ACESSIBILIDADE	ii e iii e Edificio Dona Marta.	elaboração de projetos básico e executivo para adaptação de acessibilidade.					
	MIJF	Edifício-Sede II e Edifício Anexo II	Serviços de elaboração de projetos para substituição do cabeamento	74.999,99				
	IVIIJF	Edificio-Sede II e Edificio Affexo II	de fibra ótica.	74.333,33				
		Edifício- Sede I	Serviços de engenharia para adequação de instalações de detecção e	249.500,00				
			combate a incêndio.					
		TOTAL	JC - 2015	6.875,70				
		TOTAL I	MIJF - 2015	324.499,99				
		TOTAL MIJF-ACE	SSIBILIDADE - 2015	37.999,99				
		TOTA	NL - 2015	369.375,68				
2017	JC	Edifício - Sede II	Contratação de empresa especializada p/ fornecimento e instalação	7.920,00				
			de porta corta fogo e controle biométrico de acesso com fechaduras					
			eletrônicas(CPD)					
		TOTA	L - 2017	7.920,00				
2018	MIJF-	Base Operacional	Fornecimento e instalação de guarda-corpo/corrimão em inox	233.000,00				
	ACESSIBILIDADE							
			NL - 2018	233.000,00				
2019	JC	Edifício - Anexo III	Prestação de serviços de ancoragem p/ recuperação da fachada	9.730,00				
	MIJF-	Edifício-Sede I e II, Edifício-Anexo I,	Fornecimento e isntalação de guarda-corpo/corrimão	170.763,04				
	ACESSIBILIDADE	II e III, Centrejufe e Base						
		Operacional.						
			NL - 2019	180.493,04				
2020	JC	Edifício - Sede I	Contratação de empresa especializada p/ instalação de corrimão e	1.999,76				
			guarda-corpo					
			Aquisição de materiais para fornecimento e instalação de divisórias	41.880,00				
		TOTA	AL - 2020	43.879,76				
TOTAL GERAL - 2015 a 2020 834.66								



META 13 - Não aumentar a quantidade de Km rodados até 2020

Meta cumprida e superada.

Quantidade de Quilômetros Rodados (Km)



Em 2020, a frota de veículos do Tribunal rodou 260.684 km, uma redução de 52% em relação a 2019, esta forte queda no número de quilômetros rodados pela frota e a consequente redução do gasto com combustíveis foi causada pela adoção do trabalho remoto pelos servidores e pelos magistrados, em razão da Pandemia de Covid-19. Em relação ao ano referência (2015), houve uma redução de 50% na quilometragem rodada.

A Comissão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal pretende implementar em 2021 o projeto de terceirização do serviço de transporte em substituição à frota administrativa. Este projeto tem grande potencial para redução dos gastos com transporte, como combustível e manutenção, com impacto positivo nas Metas 13 e 14.

Registre-se que os valores relativos aos gastos com os serviços de manutenção de 2015 a 2020 foram revisados pela Seção de Manutenção e Conservação de Veículos – Sevei, para se incluir os gastos com contratos de terceirizados dos serviços de limpeza e manutenção de veículos (como os serviços de lavagem, elétrica e alinhamento). Os dados relativos à compra de pneus também foram revisados, para se considerar o lançamento da data da troca dos pneus e não o da aquisição. Os dados corrigidos foram lançados no Sistema de PLS-Jud do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.



META 14 – Não aumentar em mais de 5% os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 2020

Meta não cumprida (86% meta cumprida)

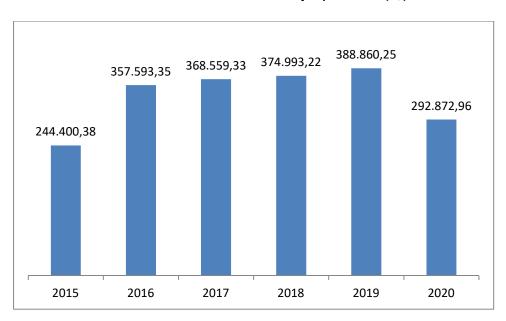
A Meta 14 inclui os valores correspondentes à despesa realizada com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do Tribunal. Computam-se as despesas com contratos ou com demais serviços relacionados (ex.: peças de reposição, pneus, lubrificantes, custos com oficina, seguro, lavagem, serviços terceirizados, entre outros).

Os valores relativos aos gastos com manutenção de veículos de 2015 a 2020 foram revisados pela Seção de Manutenção e Conservação de Veículos — Sevei, a qual informou novos dados, incluídos os gastos com contratos terceirizados. Os dados corrigidos foram lançados no Sistema de PLS-Jud do Conselho Nacional de Justiça — CNJ.

Em 2020, o Tribunal gastou R\$ 292.872,96 com a manutenção de sua frota, um aumento de 20% em relação ao gasto de 2015.

Esta meta está sendo reavaliada para o próximo ciclo do PLS, a fim aproximá-la à conjuntura e à possibilidade de cumprimento pelo Tribunal.

Gastos com manutenção preventiva (R\$)





META 15 – Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 até 2020

Meta cumprida.

O tema objetiva o monitoramento da participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema de sustentabilidade de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas.

Em 2020, foram proporcionadas as seguintes capacitações e sensibilizações em gestão socioambiental. A predominância da realização de capacitações pelo meio virtual, em razão da Pandemia de Covid-19, aumentou a participação do público nas capacitações em relação aos anos anteriores.

- Live "Meio ambiente no período de quarentena: Reflexões momentâneas com efeitos duradouros" – 200 visualizações
- Palestra "Consumo consciente e organização financeira" 77 participantes
- Curso de Língua Brasileira de Sinais Libras 43 participantes em toda a Justiça Federal da 1ª
 Região.
- Curso de automação de Sistemas Prediais 3 participações
- Oficina de elaboração de Plano de Logística Sustentável: 28 participações
- Campanha de coleta de lixo eletrônico Público todos servidores/estagiários/terceirizados: quantitativo recolhido: 7.000 kg (5.000 kg de material e 11.812 unidades de lâmpadas, equivalente a 2.000kg)
- Campanha de sensibilização em geral constantes da Meta 8

ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO – IASA

Em 2020, a avaliação aferida pelo Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração – IASA aumentou de 1,88 para 1,98 para 1ª Região e de 1,96 para 1,98 para o Tribunal, em uma escala de 0 a 3, na qual 0 é o pior e 3 o melhor resultado. Em comparação ao IASA da Administração Pública Federal e dos Três Poderes, publicado em 2017 pelo TCU, o resultado obtido em 2020 pela 1ª Região a coloca acima da Administração Pública Federal (IASA 1,64), do Poder Executivo (IASA 1,61) e do Poder Judiciário (IASA 1,69), ficando abaixo apenas da avaliação obtida pelo Poder Legislativo (IASA 2,12).

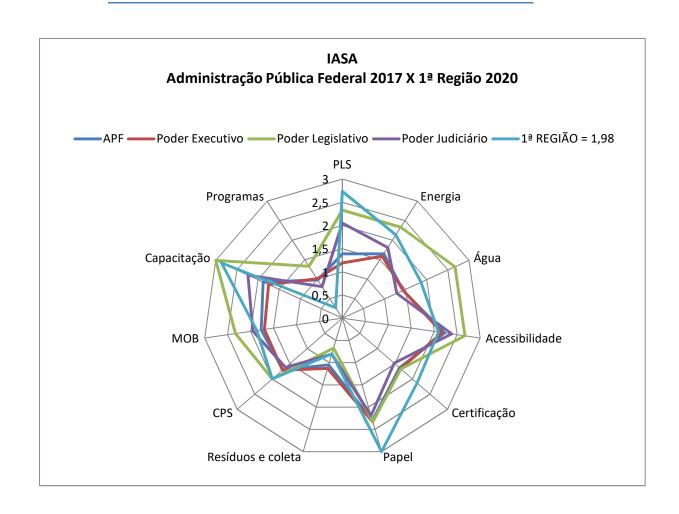
O IASA foi concebido pelo TCU para avaliar a gestão da sustentabilidade da Administração Pública Federal – APF. A partir de respostas autodeclaradas dos órgãos públicos dos Três Poderes a questionário elaborado pelo TCU foi extraída pontuação para aferição da sustentabilidade da APF em onze temas, sendo o IASA a média da pontuação recebida nestes temas: 1 – PLS – Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS); 2 – Energia – Racionalização no uso de energia elétrica; 3 – Água – Racionalização no uso de água; 4 – Acessibilidade – Atendimento a requisitos de acessibilidade; 5 – Certificação – Certificação de prédios públicos; 6 – Papel – Racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico; 7 – Resíduos e coleta – Gestão de resíduos e coleta seletiva; 8 – CPS – Contratações Públicas sustentáveis; 9 – MOB – Mobilidade e gases de efeito estufa; 10 – Capacitação – Conscientização e capacitação; e 11 – Programas – Adesão a programas de sustentabilidade. O IASA da 1ª Região é a média do índice do Tribunal e das 14 pelas Seccionais.

A melhora do resultado obtido em 2020, terceiro ano em que a 1ª Região aferiu seu IASA, deveu-se à implementação de ações socioambientais constantes dos Planos de Logística Sustentável do Tribunal e das seccionais bem como de outras medidas derivadas da análise do resultado do IASA obtido no ano anterior. A partir do diagnóstico realizado em 2019, a área socioambiental do Tribunal pôde orientar às seccionais quanto às possíveis melhorias nos 11 temas avaliados pelo índice, priorizando aquelas de mais fácil e menor custo de implementação e de maior impacto positivo no índice. O amadurecimento das áreas socioambientais da 1ª Região e o consequente aprimoramento do controle dos parâmetros da sustentabilidade por estas áreas também permitiu uma melhor avaliação. O aperfeiçoamento da comunicação entre as áreas socioambientais do Tribunal e das seccionais, principalmente a partir da adoção pela 1ª Região do software de comunicação que imprimiu maior agilidade no intercâmbio de boas-práticas entre estas áreas, o que também refletiu positivamente no resultado do IASA.

O resultado total e individualizado do IASA do Tribunal e das seccionais está disponibilizado no Portal do Tribunal, menu Institucional/Gestão Socioambiental/IASA.

IASA Administração Pública Federal 2017* X 1ª Região 2020								
	APF	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário	1ª REGIÃO			
PLS	1,39	1,19	2,33	2,05	2,73			
Energia	1,65	1,59	2,33	1,81	2,13			
Água	1,44	1,44	2,67	1,29	1,87			
Acessibilidade	2,23	2,17	2,67	2,38	2,09			
Certificação	1,63	1,66	1,67	1,48	2,13			
Papel	2,3	2,33	2,33	2,19	3,00			
Resíduos e coleta	1,05	1,13	0,67	0,81	0,80			
CPS	1,7	1,71	2	1,62	2,07			
МОВ	1,77	1,7	2,33	1,95	1,87			
Capacitação	1,88	1,75	3	2,24	2,87			
Programas	0,98	1,01	1,33	0,81	0,27			
IASA TOTAL	1,64	1,61	2,12	1,69	1,98			

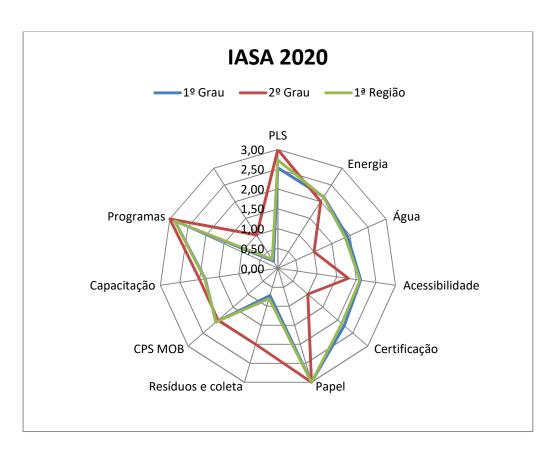
(*) Resultado publicado pelo TCU em 2017, a Auditoria Operacional nas Ações Adotadas pela Administração Pública Federal nas Áreas de Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e de Água (TC: 006.615/2016-3 – Ato originário: Acórdão 833/2014 – TCU – Plenário (TC 026.652/2013-7)



No caso da Justiça Federal da 1º Região, foram apurados os seguintes índices em 2020:

JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO − IASA 2020

	1º Grau	2º Grau	1ª Região
PLS	2,53	3	2,73
Energia	2,14	2	2,13
Água	1,93	1	1,87
Acessibilidade	2,11	1,8	2,09
Certificação	2,21	1	2,13
Papel	3,00	3	3,00
Resíduos e coleta	0,71	2	0,80
CPS	2,07	2	2,07
МОВ	1,86	2	1,87
Capacitação	2,86	3	2,87
Programas	0,21	1	0,27
IASA TOTAL	1,98	1,98	1,98



Carlos Frederico Maia Bezerra — Diretor-Geral Diretoria- Geral da Secretaria

Wânia Marítiça Araújo Vieira — Diretora Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação

Maria Carolina de Souza Ribeiro — Diretora Divisão de Planejamento e Monitoramento da Estratégia

Carlos Roberto de Jesus Domingues – Supervisor Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão

COMISSÃO GESTORA DO PLS-TRF1

Vanessa Rodrigues Barbosa Siqueira — Presidente Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Servidores da 1º Região — Seção de Ações Educacionais Presenciais

Maria Carolina de Souza Ribeiro — Vice-Presidente Divisão de Planejamento e Monitoramento da Estratégia

Irani Pierre de Araújo Ribeiro — Coordenadora do Grupo Executivo I — Membro efetivo

Núcleo de Copa, Limpeza e Conservação

Matuzalém Braga dos Santos – Grupo Executivo I – Suplente Núcleo de Copa, Limpeza e Conservação

Mônica Tenório Almeida – Coordenadora do Grupo Executivo II – Membro efetivo

Divisão de Engenharia e Manutenção

Paulo César Machado Sena – Grupo Executivo II – Suplente Divisão de Engenharia e Manutenção

Átila Pinheiro Amorim — Coordenador do Grupo Executivo III — Membro efetivo

Divisão de Projetos de Sistemas

Wellington Machado Ribeiro – Grupo Executivo III – Suplente Divisão de Projetos de Sistemas

Aline Maria Lima Sá Campos — Coordenadora do Grupo Executivo IV — Membro efetivo
Divisão de Saúde Ocupacional

Ana Alice Siqueira Santos Carvalho – Grupo Executivo IV – Suplente Divisão de Assistência à Saúde

Adelmo dos Santos Lombardi Balbi – Coordenador do Grupo Executivo V – Membro efetivo
Divisão de Segurança e Serviços Gerais

Adilson Pinto Araújo — Grupo Executivo V — Suplente Divisão de Segurança e Serviços Gerais

Nádia Barbosa da Cruz Santana — Membro efetivo Divisão de Planejamento Orçamentário e Financeiro

José Andrade Filho — Suplente Divisão de Planejamento Orçamentário e Financeiro

Ivani Luiz de Morais – Membro efetivo Assessoria de Comunicação Social

Lucimar Nunes de Melo Bonfim – Suplente Assessoria de Comunicação Social

Rodrigo Pires Andrade Maranhão – Membro efetivo Divisão de Compras

Roberta de Araújo de Mello Bezerra – Suplente Divisão de Compras

Carlos Roberto de Jesus Domingues – Secretário Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e Acessibilidade e Inclusão

Josefa Dias Gomes – Suplente do Secretário Divisão de Planejamento e Monitoramento da Estratégia

I – Grupo Executivo de Uso Eficiente de Insumos e Materiais e de Gestão dos Resíduos

Irani Pierre de Araújo Ribeiro — Coordenadora do Grupo Executivo I — Membro efetivo

Núcleo de Copa, Limpeza e Conservação

Matuzalém Braga dos Santos — Coordenador do Grupo Executivo I — Suplente

Núcleo de Copa, Limpeza e Conservação

Guilherme Bruno Freitas Monteiro – Membro efetivo

Divisão de Material e Patrimônio

Luiz Xavier de Oliveira – Suplente

Divisão de Material e Patrimônio

Paulo César Machado Sena - Membro efetivo

Divisão de Engenharia e Manutenção

Mônica Tenório Almeida – Suplente

Divisão de Engenharia e Manutenção

Marcílio Sampaio Ribeiro - Membro efetivo

Secretaria Judiciária

Regina Cecília Costa – Suplente

Secretaria Judiciária

Cristiane Neris Abade Brito – Membro efetivo

Divisão de Assistência à Saúde

Larissa Craveiro da Silva Abad – Suplente

Divisão de Assistência à Saúde

Hernani Dutra Vilela – Membro efetivo

Núcleo de Serviços Gráficos

Caramuru de Brasília Brito - Suplente

Núcleo de Serviços Gráficos

II – Grupo Executivo de Consumo Sustentável de Recursos Naturais e de Gestão de Obras (água e esgoto, energia, obras e serviços de engenharia)

Mônica Tenório Almeida – Coordenadora do Grupo Executivo II – Membro efetivo

Divisão de Engenharia e Manutenção

Paulo César Machado Sena – Coordenador do Grupo Executivo II – Suplente

Divisão de Engenharia e Manutenção

Irani Pierre de Araújo Ribeiro – Membro efetivo Núcleo de Copa, Limpeza e Conservação

Matuzalém Braga dos Santos – Suplente Núcleo de Copa, Limpeza e Conservação

Gabriel Polanzzo Ribeiro Del Duca – Membro efetivo Divisão de Obras

Mozart César Eccheli – Suplente Divisão de Obras

III – Grupo Executivo de Aquisição e Consumo Sustentável dos Recursos Tecnológicos (impressão, equipamentos, redes de comunicação telefônica e de dados, internet, manutenções técnicas e serviços de processamento de dados)

Átila Pinheiro Amorim — Coordenador do Grupo Executivo III — Membro efetivo

Divisão de Proietos de Sistemas

Wellington Machado Ribeiro – Coordenador do Grupo Executivo III – Suplente

Divisão de Projetos de Sistemas

José Arnaldo Martins Costa – Membro efetivo Divisão de Engenharia e Manutenção

Paulo Cesar Machado Sena – Suplente Divisão de Engenharia e Manutenção

Rosemary Martins Coimbra – Membro efetivo Núcleo de Recebimento e Distribuição de Correspondências

Nilcélio José Estrela Rodrigues — Suplente Núcleo de Protocolo Administrativo Eletrônico e Arquivo Administrativo

IV – Grupo Executivo de Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho,
 Comunicação e Capacitação (saúde ocupacional, assistência à saúde,
 comunicação e divulgação institucional, formação e capacitação de pessoas)

Aline Maria Lima Sá Campos — Coordenadora do Grupo Executivo IV — Membro efetivo

Ana Alice Siqueira Santos Carvalho – Coordenadora do Grupo Executivo IV – Suplente

Divisão de Assistência à Saúde

Divisão de Saúde Ocupacional

Juliana Bezerra Espíndola Guerreiro – Membro efetivo Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial

Soraya Sousa de Albuquerque – Suplente Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial

Caciane Barbosa de Oliveira Amaral Valente – Membro efetivo Escola de Magistratura Federal da Primeira Região

Ivani Luiz de Morais – Membro efetivo Assessoria de Comunicação Social

Lucimar Nunes de Melo Bonfim – Suplente Assessoria de Comunicação Social

Vanessa Rodrigues Barbosa Siqueira — Membro efetivo Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Servidores da 1ª Região

Lilian da Cruz Lima — Suplente Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Servidores da 1ª Região

V – Grupo Executivo de Promoção Sustentável dos Serviços de Vigilância, Limpeza e Transporte

Adelmo dos Santos Lombardi Balbi – Coordenador do Grupo Executivo V – Membro efetivo

Divisão de Segurança e Serviços Gerais – Seção de Vigilância e Portaria

Adilson Pinto Araújo — Coordenador do Grupo Executivo V — Suplente Divisão de Segurança e Serviços Gerais — Seção de Vigilância e Portaria

Washington Cardoso da Cunha – Membro efetivo Divisão de Segurança e Serviços Gerais – Seção de Manutenção e Conservação de Veículos

Irani Pierre de Araújo Ribeiro – Membro efetivo Núcleo de Copa, Limpeza e Conservação

Matuzalém Braga dos Santos — Suplente Divisão de Segurança e Serviços Gerais — Núcleo de Copa, Limpeza e Conservação

Heliomar Vieira da Silva — Membro efetivo Divisão de Segurança e Serviços Gerais — Seção de Transportes

Ricardo Barbosa do Nascimento Melo – Suplente Divisão de Segurança e Serviços Gerais – Seção de Transportes